
LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE
POPULACIONAL

Manuel Brandão Alves

LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE POPULACIONAL (*)

Porquê este título para uma intervenção que se pretende introdutória a um debate que genericamente aborda a problemática da geoestratégia e da Defesa Nacional?

Quando deparamos com uma expressão como a de «Defesa Nacional», a primeira ideia que surge aos menos avisados é a de utilização, activa ou passiva, de meios violentos. Está certamente longe da mente de todos os que aqui estão presentes uma tal perspectiva.

O primeiro e mais importante combate da Defesa Nacional haveremos de procurar encontrá-lo em todos os terrenos em que se trabalhar em prol da realização de um projecto de coerência nacional. Fortaleceremos os nossos meios de defesa sempre que essa coerência for aprofundada.

Um tal projecto pode ter componentes militares, mas antes disso a referida coerência há-de ser obtida no campo cultural, no campo social, no campo económico, etc.

Permanece de pé, no entanto, o saber-se como se explicita um tal projecto e como se ganha, para a sua realização, a vontade e a participação dos cidadãos e seus corpos organizados. Uma certeza contudo existe, e desde já: o referido projecto nacional há-de assentar na diversidade de riquezas e comportamentos, que são as suas partes componentes, e não no seu anulamento. Nesta perspectiva procuraremos aqui reflectir a diversidade regional do espaço português.

Um ponto de partida em que poderemos colocar-nos consiste em analisar essa diversidade em termos de litoralidade e interioridade. A mobilidade populacional é então encarada, simultaneamente, como condição de liberdade e como exigência de flexibilidade global para o funcionamento do sistema nacional.

(*) Comunicação apresentada ao Seminário «Comunicação Social, Regiões e Defesa Nacional», organizado pelo Instituto da Defesa Nacional, na cidade da Guarda, a 7 de Novembro de 1987.

Procuraremos desenvolver o tema fornecendo alguns elementos de reflexão à volta de cada um dos três pontos seguintes:

- a diversidade do espaço nacional;
- a unidade sistémica e a unidade nacional;
- princípios para a definição de uma estratégia de desenvolvimento.

O tempo é escasso, o que exige maior perícia na execução do exercício que me foi proposto realizar.

Como nesta matéria me encontro em fase iniciática, desculpar-me-ão as eventuais quedas ou movimentos menos claros.

1. A DIVERSIDADE DO ESPAÇO NACIONAL

O que acima designamos como um projecto de coerência nacional reforça-se potencializando as complementaridades geradas na diversidade do espaço nacional, e não tentando anular as especificidades que são próprias a cada um dos espaços (regiões) componentes.

Mas a diversidade regional é em Portugal um mito ou uma realidade?

Há quem diga, e é verdade, que a nossa história não nos fornece uma tradição regionalista suficientemente arraigada para que se possa justificar a autonomia e iniciativa regional. Há quem diga igualmente que o combate principal se trava na frente externa e que, por consequência, distrairmo-nos com particularismos locais, ou simples regionalismos, é apenas contribuir para debilitar a retaguarda.

Aos primeiros responderemos que a força das Regiões não é algo que apenas se herda, mas que também se constrói em função de projectos e aspirações que não-de ser, simultaneamente, regionais e nacionais. Para além disso, se não possuímos tradições regionalistas com a mesma força de outros países (Espanha, França), ninguém ignora que, desde antes da fundação da nacionalidade, as particularidades geoclimáticas (litoral e interior, aquém e além-Tejo) geraram, com a ocupação do território, diversidades culturais, comportamentais e sociais que não terei aqui tempo de tipificar.

Aos que privilegiam a frente externa, face aos regionalismos, não deixaremos de os apoiar, acrescentando, contudo, que os regionalismos não devem ser confundidos com a verdadeira autonomia regional e que a unidade nacional não poderá ser construída contra, mas com, e através, das espe-

cificidades regionais. A coerência nacional será tanto mais forte quanto mais se opuser à uniformidade e souber construir complementaridades a partir das diversidades regionais. Seremos tanto mais fortes na frente externa quanto mais densa for a rede de relações na frente interna.

Para nos ajudar a reflectir sobre a problemática da diversidade regional vejamos alguns indicadores económicos referentes ao Valor Acrescentado Bruto (VAB ou riqueza criada) e ao Rendimento Disponível das Famílias, ou seja o rendimento de que as famílias podem dispor para as suas múltiplas afectações, em alguns dos espaços nacionais.

	VAB pc em % do VAB pc do CTN (1982)	RD pc em % do RD pc do CTN (1979)
Litoral	1.11	1.06
Interior	.71	.84
Região Centro	.78	.91
Centro Interior	.59	.82
Guarda	.57	1.01

Fonte: INE e GEBEI-IACEP

A observação destes números mostra-nos fortes disparidades entre os vários espaços regionais. Elas são, naturalmente, reveladoras de dinâmicas diferentes de desenvolvimento que, se tempo e ciência me sobrassem, importaria caracterizar.

Há, no entanto, uma circunstância que importa comentar, porque claramente indicadora de especificidade regional. As disparidades regionais são muito mais fortes relativamente à riqueza criada do que relativamente à riqueza distribuída pelas famílias. Verifica-se até o facto curioso de no distrito da Guarda o Rendimento Disponível *per capita* ser sensivelmente idêntico ao do resto do Continente.

Porquê esta disparidade entre as distribuições da riqueza criada e da riqueza distribuída? Sem procurar explicitar todos os mecanismos que lhe estão subjacentes, recordemos apenas que dois dos factores que mais contribuem para o fecho do leque da distribuição espacial dos rendimentos, relativamente ao da riqueza criada, são as transferências sociais e as remessas de emigrantes.

Trata-se, contudo, de factores cuja influência se pensa ter vindo a diminuir, nos anos mais recentes, e em grande medida exógenos à região,

e até mesmo à Nação. Por essa razão, o que poderia ser considerado como uma situação razoavelmente confortável não pode deixar de ser encarado com as maiores preocupações.

A situação que acaba de ser explicitada é reveladora de diversidade regional. Ela não é, no entanto, propiciadora do reforço da unidade nacional. Para que tal aconteça haverá que endogeneizar os mecanismos criadores e repartidores de riqueza.

Veremos, a seguir, como é que através do conceito de sistema poderemos encontrar critérios que nos permitam caminhar no sentido da compatibilização da diversidade regional desejável, com a unidade nacional indispensável.

2. UNIDADE SISTÊMICA E UNIDADE NACIONAL

Um sistema é um conjunto de elementos autónomos entre os quais se verifica uma forte interdependência. Um sistema encontra a sua razão de ser na finalidade que prossegue. Cada um dos seus elementos pode igualmente ser encarado como um sistema, ou um subsistema de um sistema mais vasto, que prossegue igualmente finalidades próprias. Estas, contudo, apenas podem ser atingidas, plenamente, após terem sido fornecidas, pelo sistema ao subsistema, directrizes que permitem que todo o sistema seja coordenável.

Em termos de espaço nacional e de espaços regionais (sistema nacional e sistemas regionais) estas directivas são componente importante do conjunto de instrumentos que hão-de dar coerência e sentido à unidade nacional.

O reforço da coerência constrói-se com as Regiões, com os Municípios e com o Poder Central. Todos eles são subsistemas do sistema nacional. E se o sistema for coordenável, hão-de prosseguir, em interacção, as suas próprias finalidades e, por essa via, realizarão a finalidade nacional.

O sistema não manterá a sua coerência, o seu dinamismo, e não realizará por isso a sua finalidade, se não estiver aberto ao exterior. A abertura é condição de renovação e de adaptação.

Embora a abertura seja condição de sobrevivência, ela pode igualmente, se não convenientemente gerida, ser risco de desintegração. Esta questão é naturalmente importante numa fase da nossa história em que estamos confrontados com uma dinâmica de integração europeia.

Salvaguardados os convenientes limites, colocamos o relacionamento entre os espaços nacionais e o espaço europeu nos mesmos termos em que colocamos as relações entre os espaços regionais e o espaço nacional.

A finalidade de uma Europa Unida há-de fazer-se com, e através, das nações, e não à custa ou contra as nações. A Europa será tanto mais forte quanto mais fortes forem as nações que a compõem. O futuro da Europa está, é certo, na Europa das Regiões, não porque elimina as nações mas porque a força das nações há-de também estar na força das suas Regiões.

A abertura do espaço nacional e das suas regiões (porque estas são espaço nacional) ao exterior e, em particular, à Europa, há-de ser a que for compatível com o reforço da nossa especificidade, enquanto Portugal. Terá de ser por isso rejeitada toda a abertura que contribua para a sua descaracterização.

Esta questão é particularmente importante no contexto das nossas relações com a Espanha. A abertura à Europa passa necessariamente pela abertura à Espanha, mas há que ter em conta que ela não tem o mesmo conteúdo para todos os países. A nossa abertura com o Reino Unido não é, nem será, a mesma que a nossa abertura com a Itália.

Do mesmo modo, a nossa abertura em relação a Espanha, e especialmente das nossas regiões fronteiriças, tem de estar condicionada a um projecto de desenvolvimento nacional que, respeitando os compromissos internacionais, reforce o grau de integração entre os diferentes espaços que formam o todo nacional.

O desenvolvimento das regiões do interior há-de fazer-se através da intensificação das suas relações com as regiões do litoral. Se há que desenvolver as relações das regiões fronteiriças com a vizinha Espanha elas deverão estar subordinadas ao desenvolvimento da integração entre as várias regiões nacionais.

É evidente que quando sugerimos como percurso para o desenvolvimento o reforço do grau de integração entre os vários espaços nacionais, não estamos a sugerir a subordinação do interior ao litoral ou vice-versa. Não se constrói a unidade nacional descaracterizando o que vale a pena ser preservado.

Somos assim conduzidos à explicitação de alguns princípios que cremos deverem presidir à definição de uma estratégia de desenvolvimento nacional, que o seja também das suas regiões e que, por isso, deverão estar presentes na definição de uma estratégia de Defesa Nacional.

3. PRINCÍPIOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Devido a circunstancialismos vários tem-se verificado que a nossa geoeconomia se tem caracterizado por um desenvolvimento e crescimento mais rápido das regiões do litoral do que das regiões do interior.

Tendo em conta este passado e os eventuais perigos de uma forte atracção, por parte de regiões mais dinâmicas da vizinha Espanha, pode-se cair na tentação de concentrar a parte substancial dos meios de desenvolvimento no litoral, transformando, deliberadamente, o interior numa espécie de reserva estratégica, ou terra de ninguém, acompanhada de incentivos que conduzam à progressiva transferência das suas populações, em particular as que se encontram em idade mais activa, para as regiões mais dinâmicas.

Trata-se de uma estratégia que em pouco difere da que foi, senão defendida, pelo menos prosseguida no passado. Não cremos que deva ser continuada no futuro. Os perigos que hoje se reconhecem numa potencial absorção espanhola encontram a sua razão de ser precisamente no facto de não terem sido criadas condições para que, a par do litoral, também se tivesse podido desenvolver o interior.

Reconhece-se hoje que a difusão dos efeitos do desenvolvimento no espaço será tanto mais rápida, e mais homogênea, quanto mais o espaço no seu todo estiver dotado de condições infra-estruturais com potencialidades idênticas. Claramente que dizer isto não é o mesmo que dizer que todo o espaço deverá estar dotado de idênticas infra-estruturas.

Se no passado essas infra-estruturas foram essencialmente infra-estruturas de transportes, hoje, tão importantes como estas, são as infra-estruturas de comunicações, em particular, as que hão-de servir de suporte à difusão e à transparência da informação.

A transparência da informação é a condição essencial para uma correcta afectação de recursos, para a tomada de decisões em tempo e local oportunos e, por isso, de eficácia económica.

É pela criação de transportes e comunicações, numa perspectiva de rede, igualmente eficientes em todo o território nacional, que será possível compatibilizar a eficácia económica com a solidariedade social. Apenas se encaradas nesta perspectiva será possível evitar que as referidas infra-estruturas

se transformem em vias de penetração dum potencial inimigo em lugar de suporte de desenvolvimento autónomo.

Para terminar voltemos de novo ao título.

LITORALIDADE, INTERIORIDADE E MOBILIDADE POPULACIONAL...

De tudo o que atrás fica dito torna-se evidente que não pensamos que litoralidade seja só por si condição de desenvolvimento, e interioridade seja só por si condição de subdesenvolvimento. Uma e outra possuem potencialidades para poderem ser condição de desenvolvimento, desde que sejam criadas as complementaridades que transformem as fraquezas e insuficiências de uma e outra em capacidade adicional de desenvolvimento.

A mobiliade populacional deixará de ser então objecto de estratégia para se transformar em opção de liberdade assumida.

Novembro de 1987.

Manuel Brandão Alves

Doutor em Economia e Prof. Auxiliar
Convidado do Instituto Superior de Economia